



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Aprovado com os votos a
Favor do PSD, CDS-PP,
BE e PCP e Abstenções de
PS na Reunião da
CACDL de 05-02-2010

António Filipe - 27/01/2010

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de

Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,

Na sequência de uma acção de protesto de trabalhadores de uma empresa de segurança privada com vários meses de salários em atraso, a Associação Nacional representativa dos trabalhadores das empresas de segurança privada fez acusações gravíssimas sobre práticas de diversas empresas desse sector que exigem um rápido e cabal esclarecimento.

Essas empresas foram acusadas de práticas violadoras de direitos fundamentais, de procedimentos à margem da lei, e mesmo de funcionarem como “gangs de malfeitores”.

Como se sabe, a actividade de segurança privada, tendo em conta o melindre que reveste do ponto de vista do respeito pela legalidade e do respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, é estritamente regulada por lei, tendo sido inclusivamente criminalizada a actividade ilegal de segurança privada.

Nestes termos, importa obter da parte do Governo um esclarecimento cabal acerca do acompanhamento que está a ser feito das actividades de segurança privada, da respectiva fiscalização quanto ao estrito cumprimento da lei por parte das empresas que as prosseguem, e das medidas tomadas com vista a impedir, e se necessário punir, o exercício de actividade de segurança privada à margem da lei. Com esse objectivo, o Grupo Parlamentar do PCP propõe a audição urgente do Ministro da Administração Interna.

Assembleia da República, 27 de Janeiro de 2010

Os Deputados

António Filipe

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CACDLG	
N.º Útil	341641
Entrada/Série n.º	82 Data: 27/01/2010

*Distribuído por
email a 29-01-2010
CdeG*